

DF
370.9812
V614
EDN

LUIZ VIANA FILHO

A EDUCAÇÃO E O NORDESTE

Palestra realizada em 28 de junho de 1979, na Comissão do Interior da Câmara dos Deputados.

BRASÍLIA, JUNHO DE 1979

LUIZ VIANA FILHO

A EDUCAÇÃO E O NORDESTE

Palestra realizada em 28 de junho de 1979, na Comissão do Interior da Câmara dos Deputados.

BRASÍLIA, JUNHO DE 1979



É para mim grata coincidência ser o último a falar neste Simpósio sobre o Nordeste, em boa hora organizado pelo Deputado Manoel Novaes, que o inaugurou com oportunas observações e sugestões relativas ao enfraquecimento da SUDENE, e o seu indispensável soerguimento. Na realidade, ocorre que ao longo de algumas décadas de atividade parlamentar, embora nem sempre trilhássemos caminho idêntico, num ponto acredito que jamais dissentimos ou nos separássemos: o permanente empenho em buscarmos libertar o Nordeste da miséria que infelicitava a sua gente. E, ainda hoje, aqui estamos reunidos pelo mesmo objetivo comum.

O que tem sofrido e ainda sofre o Nordeste é dispensável que eu o diga, pois muitos outros o têm feito proficientemente. Contudo, apenas para acentuar quanto antiga a luta que travamos, eu lembraria estas palavras de Gilberto Amado, o grande Gilberto Amado, ao se empossar na Academia Brasileira de Letras: "Os homens de minha geração — dizia ele — cresceram com a palavra Nordeste nos ouvidos e nos lábios. Desde Pernambuco, em 1908, falávamos do Ceará, das secas e das suas obras, em termos de ansiedade e imediação. Cumpríamos resolver o problema do Nordeste, objeto de palpites dos governos, Epitácio inaugurando, outros esquecendo, problema eterno que agora ultrapassando as nossas fronteiras ecoa pelo mundo..."

Quantas décadas passaram após aquele distante 1908? Contudo, entre altos e baixos, o problema aí está desafiando a ação e a imaginação das gerações. Não direi que permaneça a mesma pobreza, o mesmo sofrimento, ou o mesmo abandono. Longe disso, foi árduo, dedicado e frutuoso o trabalho de algumas administrações, principalmente a partir da Revolução. Mas, quanto ainda estamos distantes da simples perspectiva de reduzirmos o fosso imenso que nos separa das regiões mais prósperas do País. O II PND anunciara aquela redução como uma das suas metas prioritárias. Fizera-o, acredito-o, sinceramente, e ingente foi o esforço do Governo

em favor do Nordeste. Nada, porém, impediu que estejamos hoje ainda mais distanciados da Região Centro-Sul do que estávamos há cinco anos.

Desenvolvimento do Nordeste, Antecedentes

É indiscutível que o crescimento econômico do País proporcionou grande avanço no campo social, no que diz respeito à melhoria de oportunidades de educação, assistência médica, previdência social, serviços gerais de saúde, saneamento e moradia.

Mas é preciso que os dividendos do progresso alcancem, em benefícios, todos os níveis: da sociedade como um todo, ao cidadão em sua privacidade, do País em toda sua dimensão maior, aos diversos Estados, Municípios e localidades.

Em termos de disparidades regionais, continua a crescer o hiato entre as regiões mais desenvolvidas e as tradicionalmente menos desenvolvidas, como no caso do sofrido Nordeste, conseqüência de causas diversas, entre as quais podemos ressaltar as seguintes: oportunidades históricas de desenvolvimento que favoreceram outras regiões do País, como o declínio da economia açucareira e o surgimento do ciclo do café, os fatores ocasionais que influíram na preferência pelos grandes investimentos, o industrialismo do pós-guerra, e a migração especializada de povos de cultura técnica mais avançada; vulnerabilidade da política governamental à força polarizadora dos centros mais desenvolvidos que, por muitos anos, durante a República, favoreceram o agravamento das disparidades regionais.

Decisões muitas vezes salutares, sob o ponto de vista nacional, foram prejudiciais à economia regional.

Conjuntura Sócio-Econômica do Nordeste, Atuação da SUDENE e de Outras Iniciativas Governamentais

Acredito que a primeira providência a ser tomada pelo País para reduzir o fosso que separa o Nordeste das regiões mais desenvolvidas, principalmente do Centro-Sul, é conceber algo de extraordinário em relação ao problema educacional da região. Como imaginarmos construir uma sociedade próspera, feliz, estável, alicerçada na ignorância?

Basta dizer-se que um terço da população tem menos de dez anos de idade, e 57% dela tem menos de 20 anos, numa

população de mais de trinta milhões de pessoas, das quais 45% analfabetas.

Dos jovens entre os 5 e os 14 anos, grande parte não tem condições de freqüentar escolas, somando-se cada ano ao contingente de analfabetos de 15 anos e mais, e tornando cada vez mais difícil a erradicação do analfabetismo pelos programas de alfabetização de adultos. Considere-se também que dos analfabetos com mais de 16 anos existentes no Brasil, quase metade está no Nordeste.

Dos jovens entre 10 e 14 anos que vivem no campo, 40% são, também, analfabetos.

Haverá melhor explicação sobre a baixa produtividade da nossa agricultura? Será preciso aprofundar pesquisas para concluirmos porque não são aplicadas no Nordeste modernas técnicas agrícolas, se a quase totalidade dos que trabalham nas áreas rurais da região é analfabeta ou teve apenas instrução elementar?

Quais as possibilidades de sucesso dos iliteratos numa sociedade cada vez mais complexa e competitiva?

Não sei se sou suficientemente claro para que o Brasil tome conhecimento da calamitosa situação educacional do Nordeste.

Enquanto não invertermos as atuais perspectivas da educação dos nordestinos, estou bem certo de que todo esforço será vão. Nenhum desenvolvimento será estável se não se apoiar num eficiente sistema educacional. E a nossa desgraça está em não termos recursos, não termos dinheiro para mudar a fisionomia atual da educação no Nordeste. E são esses recursos que eu reclamo do Governo da União. Somente mediante amplo e cuidadoso plano educacional, a realizar-se com a participação financeira da União, poderemos reduzir a distância que nos separa das outras regiões do País. Sem isso, estaremos apanhando água em cesto.

Para não assustar os que se mostrem temerosos quanto ao vulto dos recursos, eu apenas diria que será bastante fazer reverter para a educação do Nordeste quanto nos foi reiterada e sistematicamente subtraída através da mutilação dos incentivos fiscais, infelizmente desvirtuados e reduzidos face às suas origens e objetivos.

Em recente conferência, mostrou o Deputado Manoel Novaes que somente em 1979 sofreremos uma diminuição de cerca de 50 bilhões de cruzeiros, em relação ao que nos tocaria, não fossem as sucessivas alterações da própria legislação federal. Dir-se-ia que mal nos dão um bocado um pouco menos avaro, logo se arrependem para que novamente devamos estar de mãos estendidas, implorando que não nos deixem morrer de fome.

Nessa calamidade silenciosa, as próprias vítimas não têm consciência exata do que lhes acontece. Mas eu perguntaria: poderemos nós, que representamos o Nordeste, continuar silenciosos e conformados diante dessa situação? Porque é necessário que o diga, a consequência deste quadro é a miséria em que está mergulhada grande parte da população nordestina.

Na ausência de dados mais recentes, os divulgados pelo IBGE em 1973 revelaram que mais de dois milhões de pessoas da região trabalharam nesse ano apenas pela alimentação e o abrigo, o que é quase a conciliação entre a aparente liberdade e a servidão econômica; cerca de oito milhões moravam em barracos, desprovidos das mais elementares condições de higiene e de conforto, e dezesseis milhões não eram servidos por instalações sanitárias.

Em 1970, menos de 15% dos domicílios nordestinos tinham rede geral de água e menos de 10% iluminação elétrica.

Sabemos que melhorou, mas ainda persistem grandes necessidades básicas, que refletem o nível de saúde e de educação do povo.

Não será tudo isso a prova flagrante, inequívoca, terrível de serem irmãs gêmeas a ignorância e a miséria?

Dizia eu ao Senado, em 1975: "Para grandes males são necessários grandes remédios. É, portanto, impreterível que o Brasil pare um pouco para pensar no Nordeste, especialmente sobre a sua educação. É um problema imenso e para o qual, também, será urgente uma solução imensa, uma solução que salve, pelo menos, grande contingente de milhões de crianças, entre 5 e 14 anos, não alfabetizadas.

Crianças famintas, corroídas pela verminose e cujas mãos frágeis estou a ver levantadas, não a pedir uma esmola, mas a clamarem por que se cumpra aquele preceito consti-

tucional da obrigatoriedade do ensino de 1º grau, que a pobreza dos Estados não tem condições de tornar realidade”.

Basta dizer que vários municípios nordestinos pagavam aos seus abnegados professores pouco mais de Cr\$ 200,00 mensais em 1978, sendo 78% das escolas do Nordeste municipais.

A evasão escolar, a repetência e o analfabetismo, entre outros sintomas de baixa produtividade do sistema educacional, são de origem sócio-econômica. E, ainda, o nível de inteligência dos estudantes está seriamente comprometido com a dieta alimentar da população.

Muitas vezes, a falta de condições de freqüentar a escola, pela necessidade de trabalhar mais cedo, constitui razões de sobrevivência.

“Sei que não é grato o que estou a dizer, melhor diria, a denunciar. Mas, seja qual for o preço a ser pago, não pretendo deixar de fazer o que acredito ser o meu dever com os sofridos irmãos do Nordeste.”

As conseqüências do ciclo vicioso desta conjuntura é que não conseguiremos atingir as metas do II PND, pois, a dados de 1977, o nosso crescimento industrial vem sendo de 9% a.a., quando a previsão era de 15% a.a., e o crescimento agropecuário de 3%, quando a previsão era de 6% a.a.

Entre os diversos problemas relacionados com as disparidades ou desequilíbrios regionais, além da carência educacional, a dinâmica da concentração da renda e do poder econômico vem preocupando o Governo.

Dados do IBGE revelaram que o Sudeste e o Sul, em 1970, reuniam 61% da população brasileira, mas eram responsáveis por 92% do valor da produção industrial e cerca de 85% da receita do setor terciário. É evidente que, apesar do esforço governamental, isto vem se agravando e tornando o problema cada vez mais complexo.

As áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo, e o eixo que liga essas metrópoles, representavam, em 1970, 87% dos domicílios brasileiros com automóveis, 85% dos domicílios brasileiros com rede de água e 81% com iluminação elétrica.

Ainda em 1970, apenas cinco Estados reuniam mais de 75% do pessoal ocupado na indústria de transformação,

sendo que somente São Paulo representava, sozinho, mais de 48%.

É bem verdade que o conjunto de fatores sociais, econômicos, políticos e culturais favorecem o agravamento das desigualdades inerentes ao próprio sistema econômico.

É lógico que as áreas mais desenvolvidas não são, por si, culpadas desses desequilíbrios, somente corrigíveis através de uma política econômica voltada para os reais e justos interesses do Nordeste.

Como sabemos, a industrialização do Nordeste foi acelerada a partir de incentivos fiscais concedidos ao empresário da região Centro-Sul.

Em verdade, a partir de 1965, um sopro de esperança alentou o coração dos nordestinos que, após decênios de sofrimento e de pobreza, imaginaram ver despontar no horizonte a estrela da redenção; se não deles, pelo menos de seus filhos ou de seus netos.

Os incentivos fiscais canalizados para o Nordeste reanimaram a economia regional e, pelo seu efeito multiplicador, 500.000 novos empregos foram criados com a implantação de várias empresas. Ressurgiram atividades econômicas então decadentes e reaparelharam-se, com modernas técnicas e equipamentos, áreas tradicionalmente estagnadas.

Falava-se até que o Nordeste iria enriquecer. As perspectivas eram as melhores.

Já nem todos precisavam emigrar em busca da fortuna, de uma fortuna enganadora que, entretanto, atraiu milhões de infelizes nordestinos.

Foi um trabalho sério e benemérito o realizado pela SUDENE e dos seus técnicos, os seus sacrificados técnicos, aos quais desejo aqui render um tributo de reconhecimento, especialmente como ex-Governador da Bahia.

Contudo, hoje, em termos de distribuição ou repartição nacional dos incentivos fiscais, o IBDF, o PIN e o PROTERRA, cada um deles isoladamente, é mais prioritário que a SUDENE, que vem sendo progressivamente esvaziada em sua participação nesses recursos: de 100% em 1962 para 20% atualmente.

Um grande paradoxo existente no processo de industrialização do Nordeste é que o plano original era industrializar uma região de mão-de-obra abundante e barata, com recursos dos incentivos fiscais dados ao empresariado do Centro-Sul. Acontece que uma grande parte das indústrias nordestinas é muito moderna e com grande densidade de capital e automação, o que reduz a necessidade quantitativa de mão-de-obra. Uma das causas deste problema é que o ensino profissionalizante e a educação em geral não vêm acompanhando ou impulsionando nas devidas proporções o crescimento dos diversos setores da economia regional.

Basta citar que, em 1962, o Nordeste já com grandes carências educacionais, e representando um terço da população brasileira, matriculava, respectivamente, 22% do 1º grau, 17% do 2º grau e 17% do Ensino Superior no País.

Agora, vejo os dados de 1976 e verifico que passamos a representar um pouco mais, apenas 27% do 1º grau, 19% do 2º grau e 12% do Ensino Superior do Brasil.

Somos gratos ao que se fez mas, em termos do encurtamento das distâncias que nos separam do Centro-Sul do País, de que nos adiantou o crescimento absoluto de 164% nas matrículas do 1º grau, 627% no 2º grau e 696% no Ensino Superior, neste período de 1962 a 1976?

Passamos apenas de 47 estabelecimentos de Ensino Superior em 1969 para 99 em 1977. Mas, vejamos o descompasso, em 1974: a região Sudeste já tinha 581 estabelecimentos, isto é, 70% de todas as escolas superiores do País.

Os incentivos, tal como foram criados, prenunciaram que o Nordeste cresceria a taxas mais altas do que as do País, único meio de ser diminuído o espaço que nos separa das regiões mais ricas, e até das menos pobres. A situação atual, porém, implantou a reversão de tudo aquilo com que tão justamente sonháramos para que o Brasil seja um só, e não dois distanciados por tão diversas condições de vida.

De fato, pensáramos estar banindo da História Econômica do Nordeste aquele terrível processo que nos mergulhou na pobreza e na ignorância. Ele, entretanto, aí está a renascer.

Na realidade, não apenas deixamos de crescer a taxas maiores do que as do Brasil, como no período de 65 a 70, mas começamos um processo de reversão, passando a taxas



menores do que as do País, a partir de 1971, o que significa que vem sendo um tanto utópica aquela perspectiva do II PND, no sentido de ser reduzido o hiato que nos separa de outras regiões.

Desejo, ainda uma vez, invocar o II PND para lembrar que, entre as condições previstas para que o Nordeste crescesse a taxa superior a 10% ao ano, estava a de que esse crescimento fosse, na indústria, da ordem de 15% a.a. e, na agricultura, entre 6 e 7% a.a., e o crescimento geral da ordem de 10% a.a. Os dados que tenho mostram que até 1977 o crescimento do Nordeste foi, respectivamente, de 9% a.a. na indústria, 2,6% a.a. na agropecuária e 6,9% a.a. no crescimento geral.

Apesar do grande esforço realizado pelo Governo, o espaço existente entre o Nordeste e o Centro-Sul continua a se alargar cada vez mais, pois ainda apresentamos contrastes como os que mostram estes dados colhidos do Anuário Estatístico do IBGE de 1977:

	<i>Nordeste</i>	<i>Centro-Sul</i>
Da Receita Total Arrecadada no País pelo INPS	8%	55%
Da Receita Total Arrecadada no País pela União	6%	64%
Da Arrecadação Total do Imposto de Renda no País	5,75%	71%

Ora, todos sabemos que a arrecadação do INPS, Receita da União e arrecadação do Imposto de Renda são indicadores, também, do nível de emprego e faixa de renda da população.

A nossa maior esperança agora é que o III PND corrija as distorções aqui apresentadas e dê uma ênfase superior à instrução do povo para que melhor participe do esforço de progresso.

Comparando a escassez de recursos no Nordeste e sua dependência da agricultura com a distribuição nacional do sistema de crédito rural, podemos verificar que, em 1977, 80% dos subsídios concedidos o foram para o Centro-Sul do País.

Como silenciar, sabendo que 42% da população rural do Brasil vive no Nordeste e produz 25% da produção agrícola do País, e recebendo por isto pouco mais de 10% dos recursos globais do crédito rural?

Sabemos que a economia nordestina continua dependendo de uma agricultura tradicional de baixa produtividade ao sabor das ameaças do clima.

Como romper esses obstáculos, sabendo que o sistema financeiro, em seus diversos setores, vem se tornando cada vez mais exigente, complexo e especializado na aprovação de projetos de concessão de financiamentos?

Sem levar em consideração o problema da propriedade da terra, não podemos, também, admitir como uma das dificuldades da agricultura nordestina o baixo nível educacional da população?

Na Educação, a Grande Esperança

É por demais necessária uma ênfase extraordinária na política de formação de recursos humanos em todos os níveis, desde a mão-de-obra semiquificada à especialização.

A modernização do setor agropecuário só será possível através de amplo programa de treinamento de mão-de-obra e mesmo de educação formal, especialmente voltada para o campo, pois o que atualmente existe ainda é muito incipiente para as grandes carências.

Algumas iniciativas de educação de massa, de conteúdo pedagógico elaborado nos grandes centros, por isso com motivação urbana, têm, até, acelerado o êxodo rural com as conseqüências que todos sabemos.

Vejam os dados interessantes que mostra que nem todas as medidas de extraordinário valor, a nível nacional, beneficiam o Nordeste.

O Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra, criado em 1975, e que dá às empresas um incentivo de até 10% do lucro tributável para o treinamento profissional de seus empregados, aprovou, no período de 1976/1978, cerca de Cr\$ 10 bilhões em projetos para o treinamento de mais de 3,5 milhões de pessoas. Deste total, enquanto o Centro-Sul recebeu 63% dos recursos para o treinamento de 69% do total de trabalhadores, o Nordeste foi contemplado, apenas, com 5% dos recursos e 3,25% dos treinandos.

É verdade que o mundo não conhece sociedade sem carências educacionais, mas também não conhece país que tenha progredido em convivência com a ignorância. Os países mais

pobres do mundo são, também, os que concentram as mais baixas taxas de escolaridade.

Se o Brasil pôde crescer tanto nesses últimos anos, foi, também, e principalmente, porque deu um passo extraordinário em termos de educação. Contudo, o Nordeste nem tanto.

Vejamos os dados de 1975, que mostram quanto despende em matrícula o Nordeste, com 30% da população nacional, e o Sudeste, com 40%, com relação ao dispêndio e matrícula total do País:

	<i>Nordeste</i>	<i>Sudeste</i>
Despesa realizada	9,64%	64,15%
Matrícula no 1º Grau	26,03%	44,88%
Matrícula no 2º Grau	18,90%	56,82%
Matrícula no Ensino Superior	13,43%	62,59%

Enquanto o Nordeste despende Cr\$ 52,00 por habitante, o Sudeste despende Cr\$ 248,00, e ainda nos supera em quatro vezes a relação despesa por aluno.

Os índices educacionais do Sudeste são mais elevados porque é uma região mais desenvolvida, ou o Sudeste vem se desenvolvendo mais rapidamente porque a educação de seu povo é mais avançada e vem impulsionando o progresso?

É inegável que o Governo do Presidente Geisel dedicou atenção à educação no Nordeste, não somente criando recursos adicionais para o setor, bem como procurando compensar com as quotas federais as carências orçamentárias dos Estados nordestinos.

No que se refere ao Salário-Educação que teve sua arrecadação nacional aumentada de Cr\$ 789 milhões em 1973 para Cr\$ 7,7 bilhões em 1978, o Governo procurou minorar os desequilíbrios regionais na distribuição da quota federal destes recursos no valor de Cr\$ 2,5 bilhões, em que coube ao Nordeste a maior parcela regional.

Entretanto, em 1978, o Centro-Sul arrecadou sozinho 7 vezes mais do que os dez Estados do Nordeste juntos. Basta dizer que, enquanto o Nordeste despende menos de 10% da despesa nacional com educação, o Sudeste despende mais de 64%.

Na distribuição de bolsas do Crédito Educativo, que no período de 1976 a 1978 aplicou cerca de Cr\$ 7,0 bilhões que

beneficiaram 388 mil universitários, 155 mil nordestinos receberam Cr\$ 2,7 bilhões.

São iniciativas que devem ser louvadas, mas sem uma política global de desenvolvimento de recursos humanos pela educação, voltada especificamente para corrigir as maiores distorções que, cada vez mais, nos afastam das regiões desenvolvidas, continuaremos, teimosamente, marcando passo.

Pesquisa divulgada pela Fundação Getúlio Vargas, em 1975, afirmava que, entre todos os investimentos sociais, o que apresentava mais elevada taxa de retorno eram os realizados no setor educação, principalmente pelos efeitos multiplicadores e as repercussões positivas que revelavam em todas as áreas da atividade econômica do País.

A educação é, por conseguinte, o principal sustentáculo e multiplicador dos esforços concentrados nos diversos setores da economia e da sociedade.

É indiscutível que a educação é o instrumento mais efetivo e permanente de redistribuição da renda e da riqueza nacional. Todos sabemos existir correspondência entre os níveis de remuneração e os de escolaridade.

Investir em educação é investir na inteligência, na capacidade inventiva do País e na promoção social de seu povo.

Pela experiência acumulada, não vejo outra forma de corrigir as disparidades entre o Nordeste e outras regiões mais desenvolvidas do País sem a formulação de um programa extraordinário de apoio à educação no Nordeste, e quando me refiro à educação incluo, também, a educação sanitária e os programas preventivos de saúde pública, pois a inteligência dos moços não se desenvolve satisfatoriamente entre a endemia e a má alimentação.

O desemprego no Brasil, e também no Nordeste, ocorre em muitos casos devido à falta de qualificação da mão-de-obra, cada vez mais a requerer uma escolaridade mínima devido à crescente complexidade e especialização do trabalho e do sistema produtivo.

É preciso evitar que os bolsões de pobreza absoluta existentes em espaços do Nordeste acabem transformando-se em cinturões de miséria na periferia das grandes cidades, num

processo alarmante de migração e êxodo rural, em busca de melhores oportunidades de emprego, saúde e escola para os seus filhos.

Assim, somente através de vultosos investimentos em infra-estrutura e nos setores produtivos, conforme já amplamente salientado em outros pronunciamentos nesta Comissão, e, em especial, no setor educacional, conforme procurei justificar em toda esta exposição, milhões de nordestinos deixarão de procurar o eldorado ilusório no Sul do País, e deixarão de ser apenas expectadores do progresso em nossa região e de contribuir para o agravamento dos problemas sociais nas grandes metrópoles do Centro-Sul.

Nos momentos mais decisivos de nossa História, e no cotidiano da vida nacional, os nordestinos têm honrado suas tradicionais virtudes de povo trabalhador, solidário, hospitaleiro, de elevado espírito cívico.

Sempre presente ao primeiro gesto de convocação para os grandes empreendimentos nacionais, ajudando, pois, a construir o Brasil em todas as suas frentes de progresso, do alto da construção civil ao fundo das minas, de Itaipu à ocupação da Amazônia, das missões mais modestas às mais importantes da vida pública brasileira, portanto, nada mais justo que o País lhe dê a oportunidade mais essencial na vida de cada homem que é a de sua instrução e a de seus filhos.

É chegada a hora de o Brasil devolver ao Nordeste, com maior justiça social e econômica, a grande parcela que lhe cabe pela valiosa contribuição que sempre tem dado ao desenvolvimento nacional, inclusive em termos do equilíbrio da balança de pagamentos com as divisas provenientes das exportações de cacau, da carnaúba, da lagosta, do açúcar e, em especial, do petróleo.

Só assim o povo nordestino poderá ter uma vida humanamente mais digna, menos dependente, mais feliz, e o Brasil poderá mostrar ao mundo que é capaz de construir, num regime democrático, a sociedade próspera e solidária que todos aspiramos.

DOCUMENTOS PESQUISADOS:

- 1 "Em favor do Nordeste", pronunciamento do Senador Luiz Viana Filho, em setembro de 1975, no Senado Federal;
- 2 Relatório da SUDENE — 1977;
- 3 "Brasil, 14 anos de Revolução" — 1977
Relatório do Governo — IPEA e CDE;
- 4 Relatório do Banco do Nordeste — 1977;
- 5 Anuário Estatístico do IBGE — 1977;
- 6 Relatório Geral do Ministério da Educação e Cultura — 1973/1978;
- 7 Relatório de Pesquisa da Universidade de Minas Gerais e CO-DEPLAN da Secretaria Geral do MEC — 1975;
- 8 Pronunciamentos dos Ministros do Planejamento e do Interior — 1978;
- 9 Recortes de jornais sobre pronunciamentos oficiais — 1977/1979;
- 10 "Três Facetas do Enriquecimento e Aperfeiçoamento da Sociedade", Nilson Holanda, Revista Brasileira, Ano 47, n.º 552

Brasília, junho de 1979